

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS: ESCREVENDO CAMINHOS, ANALISANDO PROGRESSOS E DESAFIOS

Mauricio Henriques Santana 1
Cristiane Aguiar Camacho 2
Gisele Cassia Bastos S Costa 3
Zuleika Luiza M. Zannuzio 4
Dayse Teixeira Bastos 5
Thatyana Machado Silva 6

RESUMO

Nas últimas décadas, a educação tem sido desafiada a repensar seu papel e reconhecer seu potencial transformador para construir uma sociedade mais inclusiva. Esse processo envolve reconhecer e valorizar as diferenças promovendo um ambiente onde a diversidade é compreendida como essencial para o desenvolvimento coletivo. Nessa perspectiva, a educação torna-se um instrumento vital para a construção de uma sociedade que respeita e se fortalece pela diversidade, compreendendo que é justamente na diferença que encontramos nossa completude. Diante disso, compreendemos que a constituição de políticas públicas na educação, especialmente no que tange à educação especial na perspectiva da educação inclusiva, abrange não apenas o cumprimento das leis, mas também a dimensão teórica, epistemológica e a importância da dimensão prática, focando na implementação e execução efetiva das ações. Este trabalho tem como objetivo geral analisar os avanços, as lacunas e desafios enfrentados nos últimos 10 anos na constituição das políticas públicas no município de Rio das Ostras, RJ. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, de análise documental, do tipo descritiva e exploratória. A pesquisa evidenciou os avanços na elaboração, implementação e efetivação de políticas públicas no município supracitado, os progressos na garantia do acesso, permanência, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial, bem como a ampliação da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ressalta-se a importância da remoção de barreiras atitudinais, conceituais, arquitetônicas, tecnológicas, nas comunicações e na informação, e a continuidade do fortalecimento das políticas públicas para garantir a efetivação de práticas inclusivas e estratégias para enfrentar os desafios do próximo decênio. Conclui-se destacando a relevância deste estudo para a necessidade de remover as lacunas existentes e promover estratégias para o enfrentamento dos desafios futuros, à medida que avançamos com a atual política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, sem permitir retrocessos.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação Especial, Educação Inclusiva.

1 Especialista em Gestão de Projetos – UNIVERSO, mauriciohs06@gmail.com;

2 Especialista em Educação Especial Inclusiva -FCASC cristianecamacho74@gmail.com;

3 Doutoranda em Educação - UERJ, gisele.edu@gmail.com;

4 Especialista em Psicomotricidade – UNIMEP zuleikazanuzzioarquitetura@gmail.com;

5 Especialista em em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar – FAFIMA daysetbastos@hotmail.com;

6 Professor orientador: Prof^a.Dra. Thatyana Machado Silva - Professora Adjunta do Departamento de Estudos da Educação Inclusiva e Continuada (DEIC) - UERJ thatyana.ms@gmail.c

INTRODUÇÃO

O final do século XX foi permeado por movimentos políticos que vieram favorecer a inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino comum. Esse período fomentou a luta contra a segregação dos alunos que eram encaminhados para ambientes que adotavam o modelo homogeneizador de ensino e aprendizagem e que gerava grande exclusão nos espaços escolares. Desde a década de 1990, os pressupostos da Educação Inclusiva passaram a ser amplamente divulgados no cenário internacional através da Organização das Nações Unidas (ONU) como modelo educacional mais propício para extinguir a pobreza dos grupos sociais mais vulneráveis, dentre esses os das pessoas com deficiência (SOUZA; PLETSCHE, 2017).

Esforçando-se para lidar com esse desafio e construir propostas capazes de superar os processos históricos de exclusão, o governo federal brasileiro tem investido em importantes ações de diversas áreas do serviço público como parte de um ideal que tem sido denominado “política de inclusão” (MEC, 2005), com a intenção de democratizar o espaço escolar.

A opção do país pela construção de escolas inclusivas sofreu a influência dos documentos produzidos nos encontros internacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em 1990, em Jomtien, na Tailândia, cujo acordo define a educação como “um direito fundamental de todos, homens e mulheres de todas as idades, no mundo inteiro” (UNESCO, 1998).

Em 1994, durante a Conferência Mundial de Educação Especial, foi elaborada a Declaração de Salamanca, na Espanha. Documento este que afirma que a educação deve ser para todos – incluindo nesse “todos” as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais – e ofertada dentro do sistema regular de ensino (UNESCO, 1998).

Ainda na premissa de busca pela inclusão escolar, em 2007 o Brasil assinou e participou da elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, movimento que teve uma abrangência internacional através da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa convenção dispõe, em seu artigo 24, que os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação e, para a efetivação desse direito, ser-lhes-á assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2008).

Ao assumir os acordos citados acima, o Brasil acaba por se responsabilizar pela busca da transformação de seu sistema educacional, tendo a obrigação de direcionar suas ações e políticas para o acolhimento de todos, dando ênfase a um ensino de qualidade e de iguais condições para todos os indivíduos. Para que as peculiaridades de cada sujeito sejam atendidas, as escolas e o sistema de ensino no geral devem se planejar e se organizar pedagogicamente, viabilizando o alcance de tais objetivos. Dentro da perspectiva de inclusão escolar, esses e outros dispositivos legais vêm sendo implantados com a intenção de que as escolas se preparem para receber todos os alunos de forma satisfatória, tornando o espaço escolar um local de aprendizado que contemple a totalidade e não apenas algumas partes.

Para que a inclusão desses alunos aconteça, é preciso tomar medidas que garantam não apenas a matrícula e a presença de tais sujeitos no ambiente escolar, sendo necessário envolvê-los no processo educativo de modo que participem das ações realizadas e tenham condições de aprender. Isso requer uma mudança que abrange desde questões políticas amplas como a metodologia utilizada, currículo, processos de avaliação, formação de professores, estrutura física e materiais adequados, bem como ações de cunho mais pessoal, que envolvem a forma como cada profissional vai acolher e lidar com a presença desses sujeitos dentro das salas de aula.

Corroborando com a inclusão no Brasil a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, destinada a promover e assegurar as condições de igualdade para as pessoas com deficiência. No que tange o aspecto da educação, a LBI no artigo 28 aponta :

adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino.

Diante desses aparatos legais, não basta apenas garantir o acesso, conforme a lei já determinava e não é suficiente apenas a permanência no espaço físico. A LBI retrata quatro aspectos muito importantes: “o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem”. Por isso, faz-se necessário propostas pedagógicas diferenciadas, para que se efetive a participação e a aprendizagem. O foco passa a ser no aluno e não na deficiência.

Ao longo dessa trajetória, a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer (SEMEDE) do município de Rio das Ostras, Rio de Janeiro, tem promovido discussões significativas para remover barreiras e paradigmas, implicando mudanças na prática pedagógica e visando construir uma nova concepção de educação inclusiva para todos. Nesse contexto,

entende-se que a construção de políticas públicas na educação, especialmente no âmbito da educação especial sob a perspectiva inclusiva, envolve mais do que o cumprimento de normas, abrangendo também aspectos teóricos, epistemológicos e a importância da prática para uma implementação efetiva.

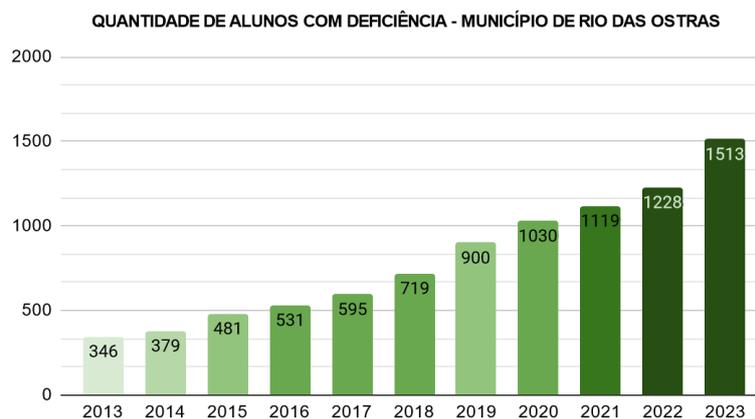
Este trabalho tem como objetivo geral analisar os avanços, as lacunas e os desafios enfrentados nos últimos 10 anos na constituição dessas políticas no município de Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa combina uma abordagem quali-quantitativa com análise documental, de caráter descritivo e exploratório. Esse método permite examinar políticas, relatórios e registros institucionais, visando compreender os avanços, lacunas e desafios no desenvolvimento das políticas públicas para a educação especial inclusiva em Rio das Ostras, RJ. A abordagem descritiva busca detalhar as características e transformações ocorridas ao longo dos últimos 10 anos, enquanto a exploratória visa identificar novas perspectivas e aprofundar a compreensão sobre a execução prática dessas políticas. Para tanto, foram realizadas análises fundamentadas na avaliação das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação, cujos resultados e discussões serão apresentados nas seções a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos anos, o número de matrículas de alunos do público-alvo da Educação Especial tem apresentado um aumento significativo no município. A seguir, são apresentados dados relativos às matrículas de alunos público -alvo da educação especial em classes regulares na Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras.



Fonte: Inep/ Data

De acordo com o gráfico acima, o crescimento do número de alunos foi de aproximadamente 190% no período entre 2015 a 2023. Considerando que a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, tem como finalidade ofertar aos alunos, em todos os níveis, etapas e modalidades, o atendimento educacional especializado. Para um atendimento com vistas à excelência aos alunos da educação especial, por necessitarem de maior suporte e estimulação, algumas ações foram imprescindíveis.

Destacaremos a seguir:

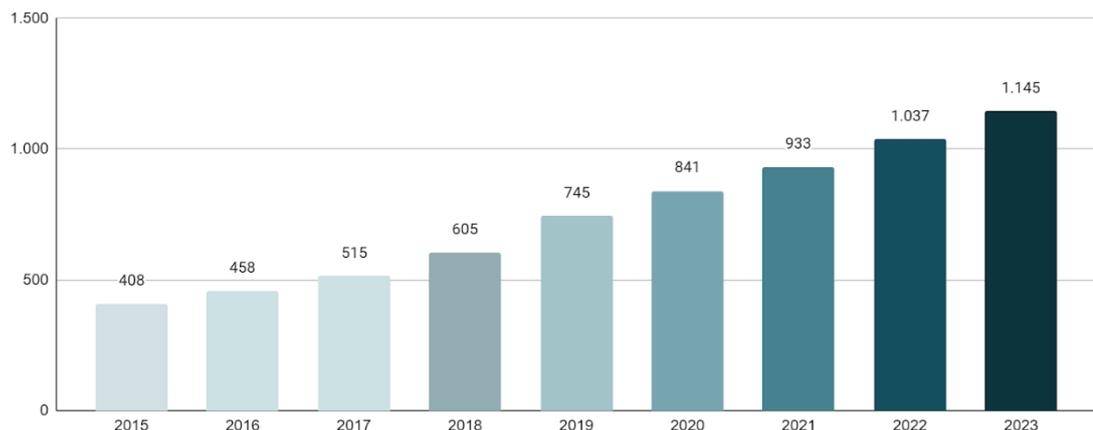
a) **Acessibilidade nos prédios escolares**

Com relação à acessibilidade, a Secretaria de Educação, através da Divisão de Obras e Manutenção, tem realizado um trabalho para sanar as barreiras arquitetônicas e promover a acessibilidade nos prédios da educação. Com essa ação, os fiscais detectaram a necessidade de adequações quanto à acessibilidade e notificaram a SEMEDE, solicitando o pronto atendimento das adequações. A aquisição de materiais didáticos diversos e equipamentos de tecnologia assistiva para suporte é imprescindível. Dessa forma, as escolas, anualmente, adquirem materiais pedagógicos por meio dos recursos recebidos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Em termos de programas suplementares que promovam o acesso escolar, o município de Rio das Ostras aderiu ao Programa Escola Acessível, que destinou recursos financeiros para 32 escolas no período de 2013 a 2018, nos moldes regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a promoção da acessibilidade e inclusão escolar em classes comuns do ensino regular. Com isso, foi possível viabilizar algumas ações, como a contratação de serviços para adaptação de sanitários, alargamento de portas e passagens, instalação de corrimão, adequação de rampas e colocação de sinalização visual, tátil e sonora, além da aquisição de cadeiras de rodas, bebedouros e mobiliários acessíveis, entre outros produtos de alta tecnologia assistiva. Desde a implementação do programa, em 2013, os recursos têm sido utilizados de acordo com o plano de atendimento de cada unidade escolar, observadas as normas de acessibilidade previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

b) Materiais didáticos próprios e de recursos de tecnologia assistiva

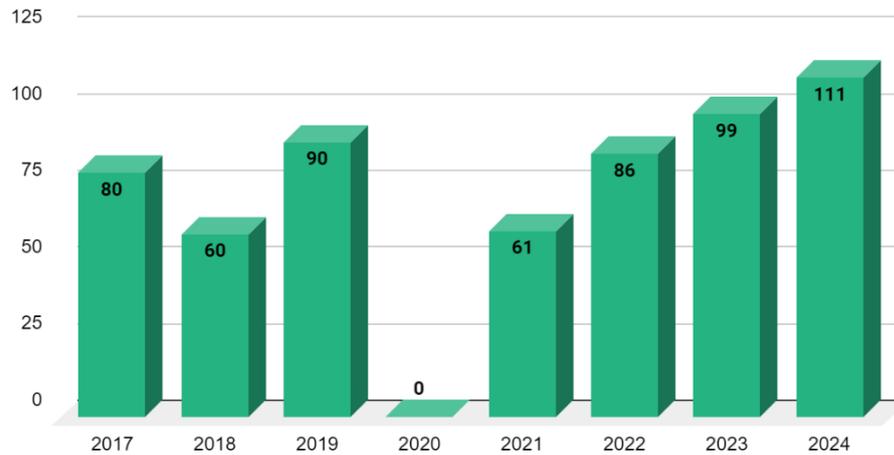
Para auxiliar no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias aos alunos público alvo da EE, os professores da Rede Pública Municipal de Educação utilizam diversos materiais pedagógicos adaptados para redimensionar as práticas educativas. Desta forma, analise o gráfico abaixo em que é demonstrado o crescimento na aquisição de material pedagógico adaptado. Como destaque, em 2022, foram investidos mais de 50 mil reais para aquisição de brinquedos direcionados para os alunos da Educação Especial matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino.

INVESTIMENTOS PEDAGÓGICOS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - AQUISIÇÃO POR QUANTIDADE

**c) Veículos adaptados**

Os alunos público-alvo da Educação Especial tem à disposição seis micro-ônibus realizando o Transporte Acessível. Em março de 2023, novos ônibus escolares foram adquiridos pela Secretaria de Educação para reforçar e melhorar a mobilidade dos alunos da zona rural do município. Quatro ônibus circulam na localidade afastada, oferecendo mais conforto e segurança aos estudantes. Com 59 lugares cada, os novos veículos oferecem acessibilidade e rodam nos três turnos – manhã, tarde e noite – facilitando o acesso dos alunos à escola. Mais de 1 milhão e seiscentos mil reais foram investidos na aquisição dos quatro veículos, que são mais modernos.

QUANTITATIVO DE ALUNOS - TRANSPORTE ACESSÍVEL - 2017-2024



d) Fortalecer as parcerias intersetoriais

Ao longo dos últimos seis anos, a Coordenação de Educação Especial esteve ativamente envolvida em encontros intermunicipais, assim como em debates e trocas de ideias por meio de diálogos contínuos em plataformas digitais colaborativas e reuniões estratégicas, a fim de discutir e implementar políticas eficazes. As parcerias intersetoriais promoveram uma integração essencial entre diversos setores, ampliando o alcance e a eficácia das ações. Uma das estratégias adotadas para fortalecer essa cooperação foi o “Café Inclusivo”, um encontro que reúne representantes dos setores envolvidos, que acontece periodicamente desde 2022, proporcionando um espaço para diálogo e alinhamento de estratégias. Essa iniciativa objetivou reduzir as lacunas entre os serviços, permitindo que as equipes compartilhem práticas e definam ações conjuntas que melhor atendam às necessidades da comunidade, promovendo um atendimento mais completo e inclusivo. Essa ação se consolidou como um espaço estratégico de diálogo entre setores. Esse encontro reuniu representantes da Educação, Assistência Social e Saúde, junto a outros órgãos, para alinhar práticas e desenvolver estratégias colaborativas voltadas à inclusão educacional.

e) **Projetos para fortalecer o atendimento às pessoas com deficiência**

A meta de elaborar projetos para fortalecer o atendimento às pessoas com deficiência e suas famílias, promovendo uma relação integrada entre escola e família, teve avanços significativos por meio de ações estratégicas. Para alcançar esse objetivo, foram orientadas ações de acolhimento direcionadas às famílias nas unidades escolares, realizadas por meio de reuniões de sensibilização. Essas reuniões teve por finalidade estreitar os vínculos e facilitar a comunicação entre a escola e os familiares, promovendo um ambiente de apoio e entendimento mútuo. Além disso, como estratégia inicial em 2022, foi implementado o projeto “Ponto de Encanto”. Este projeto proporciona diálogos diretos com os familiares em rodas de conversa, promovendo momentos de acolhimento, troca de experiências e fortalecimento da rede de apoio escolar e familiar. Esses esforços demonstraram um compromisso contínuo com a criação de um ambiente colaborativo e sensível às necessidades tanto dos alunos com deficiência quanto de suas famílias.

f) **Formação Libras e/ou Braile**

As ações realizadas pelas especialistas no AEE incluem o acompanhamento direto dos responsáveis, promovendo uma parceria essencial para atender às necessidades dos alunos de forma mais completa. Nesse processo, os responsáveis são orientados sobre o uso da Libras para aprimorar a comunicação dos alunos surdos e sobre práticas de orientação e mobilidade que auxiliam os alunos cegos em sua autonomia diária. Além disso, recebem suporte contínuo para compreender e aplicar os ajustes necessários no aprendizado do Braille. Esse acompanhamento fortalece o vínculo entre escola e família, criando uma rede de apoio que garante a inclusão efetiva dos alunos e o desenvolvimento de suas habilidades dentro e fora do ambiente escolar.

g) **Orientação à comunidade escolar**

De acordo com a Resolução N° 4, de 02 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, os professores do AEE desempenham um papel essencial ao articular e promover atividades de conscientização nas Unidades Escolares (UEs). As estratégias são alinhadas de acordo com a realidade de cada UE e alinhadas com

o calendário inclusivo. Esses profissionais organizam rodas de conversa, bate-papos, sessões de cine pipoca, palestras e outras ações específicas voltadas para instruir a comunidade escolar sobre os direitos e necessidades dos alunos com deficiência. Essas iniciativas visam sensibilizar a comunidade escolar, promovendo atitudes de acolhimento e respeito às diferenças e desconstruindo ações e discursos capacitistas e o bullying. As ações são realizadas nas próprias UEs que trabalham temáticas específicas e de acordo com a proposta no calendário Inclusivo, que propõe também ações coletivas integradas, sendo elas: Setembro Azul, Práticas Pedagógicas Inclusivas, Reveza Ostras e Incluirte. Por meio dessas ações, desde 2013, busca-se incentivar a empatia e fortalecer uma cultura inclusiva que valorize a diversidade no ambiente escolar. Em 2018, esses movimentos ganham mais força, e as Unidades Escolares passaram a seguir um calendário inclusivo. Momentos destinados à promoção da conscientização e de aquisição de conhecimento da sociedade a respeito das deficiências são propostos ainda pela Secretaria Municipal de Educação e acontecem em formatos de rodas de conversas, cursos, palestras e seminários.

h) Atendimento Educacional com Profissionais Especializados

A meta de ofertar e ampliar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi significativamente avançada por meio da ampliação do quadro de servidores, realizada por meio do Concurso Público Nº 07/2019. Essa ação foi de extrema importância, pois permitiu atender de maneira mais eficaz às necessidades dos alunos com deficiência, mesmo aqueles que não frequentam o AEE. O município contava apenas com 14 servidores do AEE efetivos desde 2011. Ao longo dos anos o suporte era feito por profissionais contratados. Apenas em 2020, houve ampliação de profissionais e criação de cargos para atender a demanda da Educação Especial. Dessa forma, foi possível garantir um suporte mais individualizado e personalizado, possibilitando a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que considerem as especificidades de cada aluno.

Efetivos									
Cargos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Prof. II – Ed. Especial	10	10	10	10	9	25	25	48	51
Prof. II – Ed. Especial Def. auditivo	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Prof. II - Ed. Especial Def. visual	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Prof. II – Libras	3	2	2	2	2	2	2	2	2
Instrutor de Libras I	2	2	2	2	1	1	0	0	0

Instrutor de Libras II	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Auxiliar de Cuidados Escolares - ACE						13	14	31	30
Auxiliar Educacional I - 20H						15	14	204	203
Auxiliar educacional II – 40 H						72	67	195	209
Tradutor intérprete de Libras						4	4	9	8
Contratados									
Prof. II – Ed. Especial	10	14	20	21	24				
Auxiliar de Cuidados Escolares - ACE		27	32	28	23				
Auxiliar Educacional I - 20H				156	288				
Tradutor intérprete de Libras	4	7	6	4	4				

*Fontes de consulta:

De 2015 a 2019 – Cadastro Geral da SEMEDE (Mes de referência: Dezembro)

De 2020 a 2022 – E-Cidade (mês de referência: Dezembro)

2023 -E-Cidade (mês de referência: Maio)

Dados fornecidos pelo DIDEP em maio de 2023

Efetivos									
Cargos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Assistente Social							1	2	*3
Psicopedagogo							1	3	2
Fonoaudiólogo								2	1
Psicólogo								2	2
Psicomotricista								2	2
Contratados									
Assistente Social				2	2	2			
Psicopedagogo				2	2	2			
Fonoaudiólogo				2	2	2			
Psicólogo				2	2	2			
Psicomotricista									

* 1 Assistente Social atua com H Extra

i) Oferta de qualificação profissional inicial e continuada

A meta de estabelecer parcerias com órgãos e instituições para a oferta de formação inicial e continuada teve um marco significativo em 2017, quando se iniciou um diálogo com pesquisadores de universidades renomadas, visando criar

colaborações na área de formação. Esse esforço resultou na realização do I Simpósio de Educação Inclusiva, que contou com a participação de professores e pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Helena Antipoff. O Simpósio proporcionou um espaço valioso para a troca de experiências e conhecimentos, fortalecendo a discussão sobre práticas inclusivas. A partir desse movimento inicial, algumas parcerias começaram a se solidificar, especialmente com a UERJ, que passou a oferecer acompanhamento sistemático na elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) e do Plano Individual de Transição (PIT). Além disso, foram promovidas formações em Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) e Educação Bilíngue, com pesquisadores das referidas instituições, ampliando as competências dos educadores e aprimorando o atendimento aos alunos com deficiência. Essas ações são essenciais para garantir uma formação contínua e de qualidade, contribuindo para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

j) Suporte técnico-pedagógico para os profissionais qualificados

A meta de oferecer suporte técnico-pedagógico para professores que atendem alunos público-alvo da Educação Especial é essencial para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. Nesse contexto, os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenham um papel fundamental, proporcionando as orientações necessárias aos professores regentes sobre as melhores práticas e estratégias a serem adotadas. Essas orientações são fundamentadas nas atribuições definidas pelo Decreto N° 3807/23 que institui diretrizes para a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva.

k) Política Educacional para alunos com deficiência

A construção de políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência no ambiente escolar é essencial para garantir a inclusão e a equidade no acesso à educação. Nesse contexto, a iniciativa da Secretaria de Educação em promover essas políticas foi fundamental para assegurar que as diretrizes estejam alinhadas com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que assegura os direitos das pessoas com deficiência e estabelece diretrizes para a promoção da inclusão social. A

institucionalização de práticas que respeitem a diversidade e atendam às necessidades específicas dos alunos com deficiência é vital para criar um sistema educacional mais justo e acolhedor. Como medida de ampliação temos o Decreto 3807/2023, que institui diretrizes para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, desempenha um papel crucial nesse processo. Ele orienta as ações educativas e define responsabilidades que garantem que cada aluno receba o suporte necessário para seu desenvolvimento.

A SEMEDE tem suas propostas pautadas na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que estabelece diretrizes para garantir os direitos das pessoas com deficiência. O Decreto, por sua vez, foi fundamentado na LBI, sendo fundamental para promover a inclusão e a qualidade no ensino para alunos com deficiência. Com isso, a Secretaria se posicionou como um agente transformador, comprometido com a construção de um sistema educacional inclusivo que beneficia todos os estudantes, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e justa

A ampliação da política educacional passa pelo acréscimo do número de profissionais que atendem os alunos da Educação Especial; o aumento da sala de recursos que atendem as unidades escolares e com a criação do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado - CEMAEE, conforme Lei Nº 2748/2022.

O CEMAEE trouxe para o município uma perspectiva mais ampla em relação ao Atendimento Educacional Especializado e o acompanhamento do desenvolvimento global do público-alvo da Educação Especial.

1) Enturmação de Alunos nas Classes Regulares

Na Rede Pública Municipal de Ensino, os alunos com deficiência são matriculados em classes regulares, uma prática que visa a inclusão e o respeito à legislação vigente, que promove a educação inclusiva como uma política pública. Não existem classes especiais na Rede Municipal para atender a esse público, reforçando o compromisso com a convivência e aprendizado conjunto.

Seguindo o princípio da inclusão, os alunos participam ativamente das aulas e contam com o suporte do Auxiliar Educacional (AE), que proporciona assistência pedagógica e ajuda na realização das atividades diárias com maior autonomia e segurança. Para promover ainda mais essa autonomia, os alunos são incentivados a participar de atividades individuais e coletivas, o que possibilita o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e socioafetivas. Essa

abordagem não apenas favorece o aprendizado, mas também fortalece a convivência social e o respeito às diferenças, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e enriquecedor.

m) **Adaptações curriculares**

A institucionalização do PEI tem sido uma estratégia fundamental para promover a inclusão e a qualidade do ensino para alunos com deficiência. Desde 2018, essa iniciativa busca garantir que as adaptações curriculares sejam realizadas de maneira sistemática e planejada, permitindo que cada aluno receba um atendimento personalizado de acordo com suas necessidades e potencialidades.

Com o PEI, as Ues têm a oportunidade de mapear as especificidades de cada estudante, elaborando adaptações que considerem suas habilidades, estilos de aprendizagem e desafios. Essa abordagem não apenas facilita o acesso ao currículo, mas também enriquece o processo educativo, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

A organização e a flexibilização das adaptações curriculares, aliadas ao uso de recursos educativos diversificados, são essenciais para que todos os alunos possam participar ativamente das atividades escolares. Assim, a institucionalização do PEI se configura como um pilar para a construção de um sistema educacional que valoriza a diversidade e promove a equidade no aprendizado.

n) **Terminalidade específica para a conclusão do Ensino Fundamental.**

Cumprindo a Lei, a Rede Pública Municipal de Ensino assegura aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme rege o artigo 59 da Lei 9394/ 1996, - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que orienta sobre a terminalidade específica para os alunos que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental.

O Sistema Municipal de Rio das Ostras diante da legislação vigente orienta que a terminalidade escolar específica poderá ser concedida, pela Unidade Escolar, a alunos público-alvo da Educação Especial que apresentem deficiência intelectual, isolada ou associada a transtornos ou deficiência múltipla, nos casos devidamente justificados, para alunos que tenham cursado, no mínimo, 12 (doze) anos letivos.

Considera ainda que a terminalidade escolar específica somente poderá ser concedida ao aluno com idade mínima de 17 (dezesete) anos, devendo ser conferido aos alunos com 24 (vinte e quatro) anos completos, obrigatoriamente.

Tais ações são institucionalizadas através do Decreto N° 3807/2023, Capítulo XII da temporalidade flexível e da certificação de terminalidade escolar específica.

o) Oferta de Educação bilíngue/ Braille

Para atender de maneira efetiva às necessidades específicas dos alunos surdos e cegos, o município conta com especialistas nas áreas de Surdez, Libras e Braille, que promovem as ações necessárias para garantir o acesso à educação inclusiva. Esses profissionais são responsáveis pela implementação de práticas pedagógicas especializadas, incluindo o desenvolvimento de estratégias de comunicação, adaptação curricular e suporte técnico, visando assegurar que todos os alunos tenham oportunidades educacionais equitativas e acessíveis.

p) Assegurar a atenção integral ao longo da vida

Com o intuito de proporcionar aprendizagens que favoreçam a independência, autonomia e inserção no Mercado de Trabalho de alunos público-alvo da EE matriculados na Rede e nos últimos Anos do Fundamental II (maiores de 16 anos) é ofertado o Plano Individual de Transição - PIT que, como o nome mesmo já define, possibilita o diálogo entre a Educação e o mundo do trabalho.

Até a presente data 4 alunos foram inseridos no mercado de trabalho.

q) Legislação

A criação do Decreto n° 3807/2023 foi fundamental para a implementação de políticas públicas na educação, pois estabelece diretrizes claras para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a serem cumpridas pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer (SEMEDE) de Rio das Ostras. Este decreto simboliza um avanço significativo na garantia dos direitos dos alunos com deficiência, assegurando que a inclusão seja uma realidade nas escolas municipais. Ao direcionar a SEMEDE a adotar práticas pedagógicas inclusivas e a disponibilizar os recursos necessários para a formação de profissionais capacitados, o decreto fortalece a estrutura de apoio para esses estudantes, promovendo um ambiente educacional que respeita e valoriza a diversidade.

Assim, o Decreto nº 3807/2023 não apenas regulamenta a inclusão, mas também consolida um compromisso institucional com a equidade e a qualidade do ensino, refletindo uma política pública que prioriza o acesso à educação para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do recorte de 10 anos de implementação das políticas públicas na educação no município de Rio das Ostras revela avanços significativos, com destaque para a criação do Decreto nº 3807/2023 e o estabelecimento do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CEMAEE). Um aspecto fundamental dessa trajetória foi a ampliação do número de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que atualmente totalizam 35 SRMs, das quais 12 funcionam como polos para as escolas que não possuem suas próprias salas de recursos. Dessa forma todas as unidades escolares contam com supervisão e um professor especialista.

Ressaltamos que foi possível perceber um aumento considerável nos esforços voltados para a elaboração e implementação de políticas públicas nos últimos seis anos, refletindo um compromisso mais robusto com a inclusão e a qualidade do ensino. Essa intensificação dos esforços se traduziu na inclusão de servidores efetivos por meio de concurso público, que tem sido fundamental para melhorar o atendimento educacional. O CEMAEE, junto com as SRM, desempenha um papel vital ao oferecer suporte especializado, complementando o trabalho realizado nas salas regulares e garantindo que as necessidades dos alunos com deficiência sejam atendidas de forma eficaz.

Entretanto, é imprescindível reconhecer que o trabalho em prol da educação inclusiva deve ser continuamente avaliado e aperfeiçoado. A trajetória dos últimos 10 anos demonstra a necessidade de um compromisso constante com a revisão e a atualização das políticas implementadas, assegurando sua eficácia e relevância. Assim, é fundamental que haja um acompanhamento sistemático das ações, promovendo a capacitação de profissionais e a adequação de recursos. Somente dessa forma poderemos garantir que todos os alunos público-alvo da educação especial aprendam e se desenvolvam em um ambiente escolar que respeite e valorize suas singularidades, construindo uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa em Rio das Ostras e assegurando uma educação pública, inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Documento subsidiário à política de inclusão*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2005.

BRASIL. *Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, 2006. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2008

BRASIL. *Educação Inclusiva: Direito à diversidade. Documento orientador*. MEC, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2005.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 2008a*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2008.

BRASIL. *Decreto 6.571, que dispõe questões sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE)*. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2008.

BRASIL. *Diretrizes operacionais da educação especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 2748, de 2022. Cria o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado - CEMAEE e dá outras providências. Rio das Ostras, 2022.

BRASIL. Decreto nº 3807, de 2023. Institui diretrizes para a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, para a Rede Pública Municipal de Ensino de Rio das Ostras e dá outras providências. Rio das Ostras, 2023.

SOUZA, F. F., PLESTCH, M. D. *A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil*. Revista Scielo Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 97, p. 831-853, out/dez. 2017.

ONU. *Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, 2006. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2008

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, 1990*. UNESCO, 1998.

UNESCO. *Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994*. UNESCO, 1998.